



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ORALIDADE E ESCRITA ENTRE OS BAKAIRI: XAMANISMO E RESISTÊNCIA

Celia Letícia Gouvêa Collet

Universidade Federal do Acre

celia@gouvea.com

A escola, a “civilização” e a escrita

Os Bakairi, povo indígena que fala uma língua pertencente a um dos ramos meridionais da família Karib, habitam a Área Indígena Bakairi, localizada no Estado de Mato Grosso, mais precisamente no município de Paranatinga. Passaram a ter contato com a língua portuguesa e com a escrita alfabética a partir de 1922, quando foram definitivamente confinados no Posto de Atração Simões Lopes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A escola teve papel fundamental na introdução da escrita alfabética e é ainda hoje onde mais encontramos sua expressão.

A escola passou a funcionar desde o início do Posto, introduzindo valores como “civilização”, “nacionalismo”, “disciplina”, “trabalho” e, ainda, novos hábitos, como aqueles relativos à produção rural e ao consumo de bens manufaturados. Quando os primeiros bakairi chegaram à escola, com seus corpos despídos, eram vistos pelo colonizador como uma matéria sem forma pronta para ser moldada de acordo com o novo sujeito que se queria construir. Um aluno do tempo do SPI me contou certa vez: “Eu me lembro bem o primeiro dia que fui à escola, era ali naquele prédio onde é a farmácia, eu estava pelado, sem nada, sem nenhuma roupa, e me sentei naquelas carteiras daquele tempo e fiquei parado”.

A proibição de falar na língua indígena foi um dos fundamentos da escola do SPI. Aqueles que não falassem em português durante o tempo em que permanecessem na escola eram punidos com diversos castigos, como a palmatória ou ficar de joelhos sobre



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

pedrinhas, arrancar capim e ervas daninhas até que as mãos sangrassem e trabalhar compulsoriamente nas hortas e com o gado.

O regime do SPI fundou o primeiro e mais permanente contato dos Bakairi com a escola e teve extrema influência sobre sua relação com o Estado Brasileiro: ditando valores, como “civilização” e “patriotismo”; criando a necessidade e a vontade de serem incluídos oficialmente no Estado brasileiro (como os “capitães” de outrora ou os atuais “funcionários”); obrigando o aprendizado da língua portuguesa; impondo uma nova organização em relação ao tempo e ao espaço (horários, disciplinas, comportamentos etc.); identificando a escola como um local privilegiado para a realização de cerimônias cívicas e “culturais”.

Com o fim do SPI e a implantação da FUNAI, a escola prosseguiu, de início, com o modelo anterior, mas com o tempo foi introduzindo algumas novidades, sendo as principais o convênio com escolas agrícolas, possibilitando a ampliação da formação escolar e “civilizatória” dos índios, e também o que foi firmado com os missionários do Summer Institute of Linguistics, com o objetivo de levar o ensino bilíngüe e intercultural (ao modo dessa missão) à escola localizada na área indígena.

A escola da FUNAI representou ao mesmo tempo a continuação do modelo do SPI e a sua ruptura. A primeira diz respeito ao prosseguimento da postura autoritária e do projeto de assimilação; a segunda teria ocorrido em função das mudanças no contexto internacional, cada vez mais permeado de uma ideologia em defesa das especificidades culturais.

Nos anos 80 iniciou-se um novo período, caracterizado pela apropriação da escola pelos indígenas. O florescimento da chamada “educação escolar indígena intercultural” fez com que os Bakairi transformassem uma instituição tida como emblema de sua submissão (expressa em suas próprias lembranças da forte disciplina, dos castigos, da autoridade do professor, da proibição do uso da língua materna) em um espaço de auto-defesa e auto-afirmação. Se quisermos utilizar o idioma da predação para falar da escola, os Bakairi passaram de capturados/presas a captadores/predadores.

É interessante perceber que a “libertação” se fez com os mesmos meios da “dominação”, ou melhor, só houve possibilidade da primeira através da familiarização com a segunda. Dito em outras palavras, a “civilização”, signo máximo do regime do SPI e de sua escola,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ao ser incorporada pelos Bakairi, se transformou de instrumento de aniquilação em instrumento de reprodução social.

Ao se apropriar da sua escola, os Bakairi foram enfraquecendo os aspectos incompatíveis com os seus valores - como os severos castigos corporais e a proibição de falar na língua materna – e enfatizando os aspectos que apresentavam correlações com sua forma preferencial de vida.

Como exemplo podemos citar o método de aprendizagem. Tradicionalmente, no domínio doméstico bakairi, as crianças aprendem pela sua inserção ativa em um determinado contexto. Também a escola, conforme implantada pelo SPI, enfatizou aspectos como o uso de uniformes, os ritos disciplinares, o uso de material escolar e outros como método de ensino, talvez até mais eficiente do que as atividades propriamente voltadas para o conhecimento. Assim, não seriam apenas necessários os “exercícios” e as “explicações” para, por exemplo, aprender a escrever, mas todo o contexto que envolve uma atividade como essa: uso de caderno e lápis, a posição de destaque do professor, a bandeira do Brasil, a posição e a postura oferecida pelas cadeiras etc.

Quero ressaltar mais uma convergência entre os modelos que faz com que os Bakairi vejam sentido na pedagogia do SPI (também da FUNAI): a centralidade da repetição. Observando, copiando e repetindo exaustivamente uma atividade é que um jovem bakairi aprende a realizá-la. O mesmo ocorria na escola do Posto, onde as aulas fundamentalmente consistiam em cópia e repetição. Naturalmente, a escola atual, fruto dessa sobreposição de metodologias, opera através de um treinamento altamente repetitivo.

A Língua

O domínio correto da língua portuguesa é motivo de orgulho hoje em dia para os Bakairi e, por isso, é valorizado seu ensinamento durante escola do tempo do SPI, apesar de não concordarem com a extrapolação da violência como método de ensino, atitude não condizente com o ideal de passividade em que são educados tradicionalmente os Bakairi.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No entanto, a manutenção da língua bakairi, apesar de todas as tentativas de extermínio durante esse período, também é objeto de grande orgulho da parte deles, principalmente as últimas décadas que foram caracterizadas pela valorização da cultura como forma de garantir seus direitos como indígenas. De fato, a língua é um aspecto que expressa a idéia de que, para os Bakairi, cultura e civilização não são mutuamente excludentes, ao contrário, são dois princípios nos quais eles atualmente baseiam suas esperanças e práticas a fim de garantirem sua imersão e aceitação no “mundo dos brancos”.

Se de um lado é necessário o domínio da língua do colonizador como forma de ser incluído e aceito, por outro lado, a língua nativa, a despeito dos esforços da escola do SPI, constituiu-se como principal ponto de resistência a todo o processo de espoliação a que foram submetidos, representando hoje um de seus principais símbolos de indianidade.

A escrita: *Iwenily*

Atualmente, chama atenção no cotidiano escolar mecanismos que evitam a submissão da oralidade bakairi à escrita alfabética do “branco”, através da dissociação dos dois domínios na performance escolar. Assim, em uma aula, a escrita (no quadro, nos cadernos) é em português e a fala em língua bakairi. A escrita não representa a oralidade, elas existem separadas.

Na língua bakairi há duas palavras que se referem a grafismo/desenho: “*iwenily*” e “*ekudyly*”. “*Iwenily*” é o grafismo feito junto com uma superfície, indissociável dela, como, por exemplo, um desenho corporal ou um cesto desenhado. Este grafismo está relacionado ao processo de transformação xamânica, como acontece nos rituais quando corpos e máscaras “viram” os espíritos referentes aos grafismos com os quais são desenhados.

“*Ekudyly*” é o termo utilizado para o grafismo-representação, como, por exemplo, referindo-se a um mapa que representa um espaço ou um desenho que pretende imitar uma pessoa ou uma coisa.

O termo que os Bakairi escolheram para designar a escrita alfabética é “*iwenily*”, o que mostra o local designado a ela: o da transformação xamânica, sendo neste novo contexto, o “mundo dos brancos” o lugar espiritual/real a ser contatado. A



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

escrita, portanto, seria uma forma dentro da performance escolar dos Bakairi de domesticação de um mundo externo poderoso (como o dos espíritos). Neste processo, eles estão no centro da ação, e não submetidos a um “outro”.

A negação da tradução por “ekudyly” demonstra, por sua vez, o afastamento da idéia de escrita como representação da oralidade, e portanto da submissão da oralidade bakairi à escrita ocidental.

Transformar-se a partir do uso ritual de roupas, máscaras ou pinturas, na visão dos Bakairi, diz respeito a assumir uma nova “identidade”, sem que isso represente nem um estado irreversível nem o abandono de outras “identidades”. Na verdade o termo “identidade” é apenas uma aproximação, sendo por mim utilizado por falta de outro conceito que consiga abarcar todo o sentido do processo de transformação a que estou me referindo.

A título de ilustração desse fenômeno, a partir da realidade escolar bakairi, lembro-me de certa vez quando eu estava ajudando um professor na elaboração de um projeto a ser encaminhado à Funai para solicitar bolsas escolares. Ele me disse “neste momento sou um branco pois estou fazendo coisa de branco”. Com este comentário o professor quis dizer que se ao adotar um comportamento de “branco” (“fazer projeto”) ele estaria assumindo a “identidade” de “branco”, de forma alguma isto implicaria no abandono de sua “identidade de índio”, muito menos numa transformação definitiva em “branco”. Estava tão somente adotando um comportamento que o fazia “virar branco”, sem que isso acarretasse uma mudança irreversível ou a perda de sua “identidade” bakairi.

Esta idéia de transformação nos permite entender as práticas cotidianas, o comportamento e a organização escolar bakairi como modalidades de *iwenyly*, isto é, como modos de familiarização (com) e transformação (em) ‘civilizado’. Na escola, professores e alunos bakairi “viram civilizados” a partir do momento em que realmente vivenciam esta “identidade”, como também acontece com aquelas pessoas que vestem as máscaras nos rituais em relação aos espíritos que estas animam.

No caso da específico da escrita alfabética a relação com *iwenyly* é óbvia, sendo esta a sua tradução na língua bakairi.

Segundo Deleuze e Guattari (1976), a escrita alfabética nasce quando grafismo e voz se unem, a partir de um primeiro movimento que subordina o primeiro a segunda e,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

depois, finalmente, de um segundo movimento que subordina a segunda ao primeiro. Neste momento, a escrita suplanta a oralidade em um movimento despótico. O significativo suplanta o significado e o que era baseado na inscrição passa a ser representação. “A voz não canta mais, mas dita, edita; a grafia não dança mais e deixa de animar os corpos, mas se escreve coagulada sobre tábuas, pedras e livros.” (Deleuze e Guatari, 1976:260). Esta visão do ‘surgimento’ (entre os Bakairi) da escrita pode nos ajudar a entender como atualmente eles lidam com ela.

A identificação pintura/escrita sob o termo *iwenyly* nos indica que a escrita não pode ser identificada como *representação*, inclusive da “voz”. Há entre os Bakairi mecanismos de separação entre voz e escrita que podem ser aproximados daqueles descritos por Elsje Lagrou (1996) para os Kaxinawá e por Carlo Severi (1985) para os Cuna.

Entre os Cuna, segundo Carlo Severi, a separação entre voz e grafia revela a seguinte lógica: o xamã utiliza as pictografias como técnica auxiliar de memorização para transmitir conhecimentos aos seus seguidores. O aprendizado é dividido em dois momentos, o primeiro se refere à memorização dos cantos e o seguinte, a título de complementação e afirmação do primeiro, é caracterizado pelo ensino das pictogravuras, que ajudam a compreender as alusões e indicações obscuras existentes no canto, onde boa parte do sentido se dá apenas de forma implícita. O grafismo é, aqui, utilizado para organizar a sucessão temporal e espacial dos eventos e ajuda a fixá-los na memória do aprendiz, além de mostrar algumas estruturas cosmológicas que o canto não revela e não descreve.

Kaxinawá e Cuna seriam dois exemplos da situação em que voz e grafia podem ser considerados complementares, mas separadas. Os Kaxinawá, ao identificarem voz e grafismo a homens e mulheres distintamente, estariam, portanto, mantendo longe a possibilidade de que esses domínios venham a se juntar (e de que posteriormente haja a submissão de um ao outro). Os xamãs cuna, por sua vez, apesar da relação forte entre grafia e canto, não estabelecem entre os dois planos uma relação de subordinação ou representação. A pictografia não representa o canto, ela o complementa.

Entre os Bakairi, a partir do universo escolar, podemos apontar alguns mecanismos que da mesma forma mantêm a separação da escrita e da voz: (i) a escrita é tratada apenas em sua relação com a superfície (*iwenyly*); (ii) a leitura é sempre oral (em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

voz alta); (iii) a escrita livre (em oposição à cópia) segue estruturas e reproduz marcas da oralidade; (iv) o texto construído fielmente sobre as bases da língua escrita é entendido com muita dificuldade; (v) há uma identificação constante entre, por um lado, língua portuguesa e escrita, e língua bakairi e oralidade, por outro.

Vejamos, agora, o que é a escrita na escola, adentrando os momentos das aulas, já que nestas o que acontece repousa basicamente no uso da escrita.

Em geral, nas aulas se sucedem os seguintes movimentos: o professor copia a matéria do livro para o quadro negro, para, então, se proceder a uma nova cópia ou transposição do texto escrito, feita, agora, pelos alunos, do quadro negro para os seus cadernos. A outra maneira de proceder durante uma aula é o professor e os alunos lerem em voz alta, em conjunto (uma leitura coral), um trecho ou um texto do livro. Tal procedimento poderia se explicar por ser ele o único recurso didático que chega aos professores, mas me parece mais interessante pensar o livro como um material (objeto ritual) fundamental na composição da performance escolar, correspondendo ao que seriam as máscaras rituais.

Vejamos, então, no contexto da aula qual é o tratamento dado à escrita: primeiro como ‘cópia’, depois como base para a leitura em voz alta, sem ser nunca caracterizada pela subordinação da voz ao grafismo. No primeiro caso, só há grafismo, no segundo, o grafismo está subordinado a voz. Ainda, em todas as situações escolares podemos testemunhar que a escrita é sempre em português e a expressão oral preponderantemente em língua bakairi.

A partir do que vimos anteriormente, escrever (*iwenly*) é “transferir desenhos de uma superfície para a outra”. Assim, para pais e alunos bakairi, escrever e saber copiar do quadro-negro são exatamente a mesma coisa. Quando um pai percebe que seu filho já sabe copiar corretamente o desenho-escrita ele diz que ele “já está escrevendo”. Por outro lado, assim como copiar é escrever, também a afirmativa “escrever é copiar” é verdadeira para o universo escolar bakairi, onde praticamente toda escrita é cópia. É difícil haver uma atividade em que o professor peça para os alunos escreverem “livremente”(o que acontece somente nas redações, um gênero de escrita que passou a ser desenvolvido após a participação dos professores no Projeto Tucum e no 3º Grau Indígena). Na maior parte das vezes, os exercícios escolares são ou copiados do quadro negro ou, para os que constam nos livros didáticos, as respostas devem seguir exatamente o texto do livro; o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mesmo acontece nas avaliações. Acompanhei alguns alunos estudando para provas, atividade feita sempre no dia anterior, e observei que o método desse estudo é muito mais o de decorar, com todas as palavras e pontuação, que o de procurar entender o conteúdo. Este, porém, é apenas o fim do processo de aprendizagem que, como vimos, inicia-se e desenvolve-se através da cópia. A este respeito, um professor do ensino médio me disse que seus alunos respondiam com muita facilidade a questões específicas e com respostas claras, mas que tinham grande dificuldade em discorrer sobre temas amplos, sem respostas exatas, ou em responder a perguntas feitas com pequenas alterações em relação ao modelo.

Nas aulas, além da prática da cópia da escrita, pode acontecer que um aluno tenha que compor um texto escrito ou que tenha mesmo que ler um texto sozinho. Isso raramente ocorre no Ensino Fundamental e Médio bakairi, mas podemos colher, no âmbito dos cursos de formação de professores, exemplos que ilustram a relação dos Bakairi com o texto escrito. Durante o Projeto Tucum de formação de professores indígenas realizado pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (ano 2000), diariamente, um dos alunos (professor indígena) lia a “memória do dia”, um relato das atividades do dia anterior. Apesar dessa atividade ter sido idealizada como uma oportunidade deles exercitarem a escrita, a leitura da “memória do dia” era feita a partir de uma apropriação que privilegiava as referências orais, ou seja, utilizando-se de vários recursos relativos à expressão oral – gestos, diálogos – fazendo com que a escrita fosse mais uma transposição da fala.

Um outro episódio é significativo. Ao visitar a aldeia Santana (localizada em outra área indígena, no município de Nobres-MT), os professores bakairi, estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso, me pediram ajuda para realizar um “trabalho” de interpretação de texto. Percebi que apesar de conhecerem praticamente todo o vocabulário, não entendiam a estrutura do texto, pois esta seguia estritamente o modelo do discurso escrito. A ajuda possível foi, portanto, proceder a uma tradução da linguagem escrita para a linguagem oral. Em ambos os casos, observamos que, para os Bakairi, o grafismo/escrita deve ser empregado não separando-o da oralidade, mas subordinando-o a ela.

Outro contexto de leitura que demonstra esse divórcio entre oralidade e escrita diz respeito ao livro didático, havendo, neste caso, a possibilidade de ter-se tanto escrita



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sem leitura (apenas o desenho das letras no livro), quanto leitura sem escrita (no caso de decorar o texto e reproduzi-lo oralmente). Nas turmas que ganham livros didáticos (1^a a 8^a series), os alunos se acostumaram a abri-los na página indicada pelo professor e acompanhar a leitura feita pelo mesmo. Pude notar, então, que todas as vezes que os professores me pediam para eu os substituir e eu tentava ministrar uma aula com atividades que não passassem pelo livro didático, usando principalmente explicações e diálogos, os alunos não conseguiram ficar sem o livro ou o quadro-negro como ponto de apoio. A explicação-oralidade, neste caso, estava muito distante do que concebiam como uma aula, uma atividade, como vimos, baseada essencialmente na cópia-escrita (*iwenyly*) ou na voz da leitura feita em tom alto e coletivamente.

Em suma, nas atividades realizadas durante as aulas - escrita ou leitura - verificamos o afastamento entre grafismo e voz a partir de vários mecanismos, que têm como efeito a manutenção do modelo-*iwenyly* característico da escrita, o que significa operar a relação com o “mundo civilizado” através da “transformação”, negando a relação de representação, característica do modelo-*ekudyly*.

Toda forma de *iwenyly*, inclusive a escrita, seria vista pelos Bakairi como um meio para a tomada da perspectiva de um ‘outro’, ou seja, a apropriação de uma técnica de transformação. Em outras palavras, do mesmo modo que os *iwenyly*, enquanto pinturas dos corpos e objetos rituais, são maneiras de se familiarizar com os “espíritos”, isto é, as “roupas” que permitem sua transformação, também a domesticação dos “brancos” (civilizar-se) passa pelo domínio da escrita. O “vestir” as roupas permite assumir a perspectiva, seja dos espíritos (no caso dos rituais tradicionais), seja dos “brancos” (no ritual escolar), fato que acontece não por imitação, mas por incorporação de suas capacidades. O uso de roupas dos “brancos” e da *iwenyly*-escrita teria o poder de ativar uma “identidade civilizada” nos alunos e professores bakairi, ou, em outras palavras, permite que domesticuem a civilização.

A etnografia da performance escolar bakairi levou-me a entender a utilização do contexto da relação entre oralidade e escrita por eles como forma (profunda) de resistência ao processo colonial ainda em curso, sendo fundamental para a manutenção de sua identidade frente à sociedade brasileira e também de sua forma tradicional de se relacionar com o mundo, o xamanismo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Bibliografia:

- COLLET, Celia. **Ritos de Civilização e Cultura**: a escola Bakairi. Tese de Doutorado em Antropologia Social/ PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2006.
- DELEUZE, Giles., GUATARRI, Felix. **O anti-Edipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LAGROU, Elsje. “Xamanismo e Representação entre os Kaxinawá”. In: LANGDON, J. **Xamanismo no Brasil**: Novas Perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1996.
- SEVERI, Carlo. **Penser par Séquences, Penser par Territoires**: Cosmologie et art de la mémoire dans la pictographie des Indiens Cuna. S/d.